

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

**3º Comité Técnico Especializado em
Finanças, Questões Monetárias,
Planificação Económica e Integração
Reunião de Peritos
4-6 de Março 2019
Yaoundé, Camarões**

Eco/STC/MAEPI(III)/EXP/Rpt

PROJECTO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS

I. Introdução

1. A reunião dos Peritos do Terceiro Comité Técnico Especializado (CTE) em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração realizou-se no *Palais des Congress*, em Yaoundé, nos Camarões, de 4 a 6 de Março de 2019. A mesma foi presidida pelo Sr. Gilbert Didier Edoa, Secretário-Geral do Ministério das Finanças dos Camarões, e Presidente da Reunião de Peritos do CTE.

A. Presenças

2. A reunião contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros: Argélia, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Chade, Camarões, Comores, Congo, Cote d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Eritreia, eSwatini, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Marrocos, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram igualmente representadas as seguintes Comunidades Económicas Regionais: Marcador Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e União do Magrebe Árabe (UMA).

4. Estiveram também presentes representantes do Escritório Regional da União Africana da África Austral (AU-SARO), Missão Permanente da União Africana junto da União Europeia e dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), Representante Permanente da União Africana junto das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, a Fundação Africana de Reforço de Capacidades (ACBF), a Associação Africana de Valores Mobiliários (ASEA), o Secretariado da Associação de Bancos Centrais Africanos (AACB), Comissão Económica das Nações Unidas para África, o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, Capacidade Africana de Gestão de Risco, a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento - Centro de Desenvolvimento (OCDE-DC) e os departamentos técnicos da Comissão da União Africana.

B. Reunião de Abertura

5. A Sessão de Abertura da Reunião de Peritos foi presidida pelo Sr. Titus Alain Biloa Tango, Ministério das Relações Exteriores de Camarões.

6. Na sua alocução, o Sr. Gilbert Didier Edoa deu as boas-vindas aos participantes do CTE em Yaoundé, a cidade das sete colinas, e expressou a necessidade de deliberações frutíferas com vista a acelerar a transformação produtiva de África.

7. Durante a sessão de abertura, fizeram uso da palavra o Prof. Emmanuel Nnadozie, Secretário Executivo da ACBF, S. E. Prof. Victor Harison, Comissário para Assuntos Económicos, e S.E. Sr. Louis Paul Motaze, Ministro das Finanças dos Camarões.

8. Na sua alocução, o Prof. Emmanuel Nnadozie, deu as boas-vindas a todos os participantes e expressou o seu sincero agradecimento ao Governo e ao povo dos Camarões pela calorosa hospitalidade dispensada a todas as delegações bem como pelas instalações colocadas à disposição para a organização do terceiro CTE. Agradeceu igualmente a CUA por ter permitido que a ACBF co-organizasse esta reunião.

9. O Prof. Nnadozie sublinhou a relevância do tema adoptado para esta reunião - "políticas públicas para a transformação produtiva" - e destacou que a industrialização é fundamental para o crescimento económico, criando oportunidades de emprego e atingindo a realização da Agenda 2063 de África e os ODS. Ele indicou 6 áreas críticas que conduzem à transformação produtiva, nomeadamente: (1) criação uma estratégia correcta que exige a tomada da política industrial correcta; (2) realização de investimentos críticos que exijam mobilização de recursos e desenvolvimento de capital humano, especialmente nas áreas de engenharia e TIC; (3) criação de um ambiente de negócios que exija coordenação e atendimento do requisito financeiro, fornecendo os incentivos adequados; (4) mobilização de apoio interno e externo que exija promoção agressiva do país e abertura para os negócios; (5) realização de acções para tornar as coisas reais, que exige que se resolva a lacuna de comunicação e se estabeleça um mecanismo de coordenação eficaz; e (6) liderança em vários níveis. Concluiu as suas observações iniciais expressando o compromisso da ACBF de apoiar o desenvolvimento humano e institucional dos Estados-membros.

10. S.E. o Prof. Victor Harison, Comissário para os Assuntos Económicos da CUA, iniciou a sua intervenção de abertura expressando os seus sinceros agradecimentos ao Governo e ao povo dos Camarões e a todos os que contribuíram para o êxito da organização deste CTE. Ele deu um panorama geral da situação macroeconómica de África, tendo afirmado que o mesmo se caracterizava por um crescimento não inclusivo e desemprego. Sublinhou também que a transição demográfica, a transformação espacial, a urbanização, as alterações climáticas e a integração regional oferecem uma oportunidade para a transferência de tecnologia em África, e que era fundamental acelerar a transformação produtiva para realizar a Agenda Africana 2063. Ele destacou o importante papel que as instituições financeiras da União Africana podem desempenhar na implementação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZCLCA) e da Agenda de Integração Continental e instou os Estados-membros a assinar e ratificar os instrumentos jurídicos das instituições financeiras. Concluiu a sua alocução informando a reunião que a segunda edição do Relatório sobre a Dinâmica do Desenvolvimento de África está na fase conclusiva e seria oficialmente lançada à margem da Cimeira da UA que terá lugar em Julho de 2019 em Niamey, Níger.

11. S. E. O Sr. Louis Paul Motaze, Ministro das Finanças da República dos Camarões, deu as boas-vindas a todos os participantes do Terceiro CTE e agradeceu à Comissão

por ter escolhido Camarões para acolher a reunião. Sublinhou que o tema do encontro, “políticas públicas para a transformação produtiva”, era importante e oportuno. Destacou que África não tem outra escolha senão reduzir a sua dependência de bens importados e começar a processar e agregar valor às suas próprias mercadorias. Ele afirmou que a transformação produtiva permitirá ao continente alcançar a auto-suficiência, reduzir a quantidade de produtos acabados importados e levar a um crescimento sustentável. Ressaltou também a necessidade de fortalecer a capacidade das pequenas e médias empresas e a melhoria do ambiente de negócios para atrair investimentos estrangeiros. Ele partilhou a experiência dos Camarões em relação ao tema e o papel do sector privado para impulsionar a agenda de transformação. Ao terminar, S.E. Motaze declarou a reunião oficialmente aberta e desejou aos participantes deliberações frutíferas.

C. Eleições da Mesa

12. A Mesa do CTE foi eleita, tendo ficado composta da seguinte forma:

Presidente:	Central África - Camarões
Primeiro Vice-Presidente:	África Ocidental - Nigéria
Segundo Vice-Presidente:	África do Norte - Líbia
Terceiro Vice-Presidente:	África Austral - Lesoto
Relator:	África Oriental

13. A Mesa cessante era composta pelos seguintes membros:

Presidente:	África Oriental - Sudão
Primeiro Vice-Presidente:	África Central - Republica Centro-Africana
Segundo Vice-Presidente:	África Ocidental - Senegal
Terceiro Vice-Presidente:	África Norte - Egipto
Relator:	África Austral - Lesoto

D. Adopção do projecto de agenda e do programa de trabalho

14. A reunião propôs o acréscimo, na Agenda, os seguintes temas que os seguintes pontos:

- Relatório de entrega da Mesa cessante sobre a avaliação das questões discutidas durante as primeira e segunda reuniões do CTE;
- Análise do projecto de Agenda da Reunião Ministerial; e
- Análise do projecto da Declaração Ministerial.

15. A reunião também propôs que a VII Sessão se concentre apenas no progresso registado no desenvolvimento estatístico em África, ao invés do projecto do Estatuto do Instituto de Estatística da União Africana (STATAFRIC) e no centro pan-africano de

formação em estatística. Os participantes observaram que o Estatuto deveria ser examinado pelo Comité de Directores Gerais de Estatística antes de serem submetidos à consideração do CTE. Os peritos solicitaram que o Estatuto fosse distribuído aos Estados-membros e que lhes fossem dados três meses para revê-lo e responder à Comissão. Além disso, os peritos afirmaram que o Estatuto deve ser examinado pelo Comité de Directores Gerais de Estatística antes de ser submetido à apreciação do Quarto CTE.

16. Além disso, a reunião propôs que compartilhados os seguintes pontos da agenda fossem compartilhados apenas para fins informativos e que nenhuma recomendação fosse feita;

- XII Sessão: Governança inclusiva do mercado de trabalho para a transformação produtiva;
- XV Sessão: Relatório Anual de Actividades da Capacidade Africana de Gestão de Risco; e
- XVI Sessão: Ponto de situação do Relatório da População Africana: Uma Posição Comum Africana sobre a População

17. Por conseguinte, a reunião, adoptou a agenda com as respectivas emendas, ficando com a seguinte redacção:

- a) Abertura da reunião
- b) Eleição da Mesa
- c) Aprovação do projecto de agenda e programa de trabalho
- d) Apresentações e debates em torno do tema “Políticas Públicas para a Transformação Produtiva” e “Reforço de Capacidade para a Formulação de Políticas Públicas de Transformação produtiva”
- e) Apresentações e debates sobre o seguinte:
 - i. Avaliação da Integração Regional: *Índice de Integração Regional Multidimensional Africano (AMRII)* e Ponto da Situação da integração regional em África;
 - ii. Relatório de progresso sobre o estabelecimento das instituições financeiras da UA e os seus papéis na promoção da transformação produtiva
 - iii. Relatório do grupo de peritos sobre o aperfeiçoamento dos critérios de convergência do Programa de Cooperação Monetária Africana (AMCP)
 - iv. Proposta de um quadro de monitorização e um mecanismo de revisão pelos pares para a convergência macroeconómica.
 - v. Relatório de progresso sobre o desenvolvimento estatístico em África
 - vi. Relatório de M & A do primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063
 - vii. Relatório sobre a situação do Financiamento da União;
 - viii. Relatório do Workshop sobre o papel dos mercados de capitais na mobilização de recursos internos em África
 - ix. Actualização sobre a criação da Cona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA);

- x. Governação inclusiva do mercado de trabalho para transformação produtiva (para fim informativas);
 - xi. Apoio do MAAP aos Estados-membros no domínio das agências de notação;
 - xii. Estatísticas das Receitas;
 - xiii. Ponto de situação do Relatório da População Africana: Uma Posição Comum Africana sobre População (para informação)
-
- f) Relatório de entrega da Mesa cessante sobre avaliação das questões debatidas durante as reuniões do primeiro e segundo CTE;
 - g) Análise e Adopção do Relatório da Reunião de Peritos
 - h) Análise do projecto de agenda da Reunião de Ministros
 - i) Análise do projecto de Declaração Ministerial
 - j) Diversos
 - k) Data, local e tema do Quarto Comité Técnico Especializado
 - l) Encerramento da Reunião

II. Fim dos Trabalhos

A. Apresentação e debate em torno do tema - “Políticas Públicas para Transformação Produtiva” e “Reforço de Capacidades para a Formulação de Políticas Públicas de transformação produtiva”

Apresentação

18. Esta sessão foi marcada por duas apresentações.

19. Na primeira apresentação, o representante da Comissão debruçou-se sobre o tema da 3ª Sessão do Comité Técnico Especializado «Políticas Públicas para a Transformação Produtiva», com ênfase no desempenho económico de África, durante as duas últimas décadas, caracterizado por uma taxa de crescimento de cerca 5%. Este desempenho excelente ultrapassa, todavia, o nível exigido para atingir os objectivos de transformação inscritos na Agenda 2063 e na Agenda 2030. Com vista a fortalecer o potencial das economias africanas e melhorar a sua resiliência perante os choques assimétricos, o representante da Comissão insistiu na importância da transformação produtiva como eixo estratégico, também indispensável para a criação de empregos decentes, principalmente para milhares de jovens africanos que entram, a cada ano, para o mercado de trabalho.

20. Debruçando-se mais adiante sobre as duas dimensões da transformação produtiva, nomeadamente a complexidade e diversificação económica ele destacou a morosidade da transformação produtiva em África. Afirmou que a capacitação através de investimentos em sectores de tecnologia-chave, incluindo a economia digital, permitirá que África se torne numa terra de inovação. Disse igualmente que era necessário o acesso à electricidade a fim de promover a integração do sector privado africano no processo de transformação produtiva. Finalmente, identificou o baixo nível de integração como o maior constrangimento à transformação produtiva.

21. Na segunda apresentação, o representante da Fundação Africana para o Fortalecimento de Capacidades apresentou o tema «Fortalecimento de Capacidades para a Formulação de Políticas Públicas, rumo à Transformação Produtiva», tendo insistido na importância do fortalecimento de capacidades para a realização das aspirações da Agenda 2063, com vista a fazer o acompanhamento do processo de transformação produtiva no Continente. Realçou também a importância das instituições, por um lado, e do desenvolvimento de competências, por outro lado, para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes, rumo ao desenvolvimento de infra-estruturas e à produção energética para a transformação produtiva.

Debate

22. Depois das apresentações, o debate articulou-se em torno das questões relativas à aceleração do processo de transformação produtiva, integração regional, desenvolvimento do sector privado assim como o seu papel na transformação produtiva em África.

23. No que tange as questões da transformação produtiva, os Peritos discutiram sobre o papel do fortalecimento de capacidades nos domínios transformativos da agricultura e da agro-indústria, com vista a promover a inovação e a inserção de África no contexto da industrialização 3.0. Insistiram na importância da implementação de sistemas educativas que promovem a formação de Engenheiros, tendo em vista o acompanhamento da transformação produtiva.

24. Numa perspectiva de assegurar a eficácia das políticas públicas, principalmente as políticas fiscais, com o objectivo de fazer o acompanhamento do processo da transformação produtiva, os Peritos sublinharam a importância da boa governação, através da utilização eficaz dos recursos internos, mobilizados graças à redução da corrupção

25. Os Peritos sublinharam igualmente o papel motriz da integração regional para acelerar a transformação produtiva. A este propósito, os debates articularam-se em torno da necessidade de criar cadeias regionais de valor, por um lado, e promover a implementação de projectos regionais em sectores transformativos de infra-estruturas de energia, por outro lado

Recomendações

26. No final das apresentações e dos debates, foram formuladas as seguintes recomendações:

a) Os Estados-membros devem, com o apoio da Comissão da União Africana e da Fundação para o Reforço de Capacidades em África (ACBF), acelerar o desenvolvimento de competências em domínios diversificados e pertinentes, aos níveis local, nacional e

regional, tendo em vista o aumento da produtividade, da capacidade de inovação e da competitividade do sector industrial e agro-industrial em África;

b) A Comissão deve proceder à avaliação da transformação produtiva em África e estabelecer uma plataforma de partilha de experiências sobre as estratégias bem-sucedidas da transformação produtiva, implementadas dentro e fora do Continente, com vista a capitalizar as experiências do passado e identificar os grupos industriais prósperos nos Estados Membros;

c) A Comissão, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Estados-membros devem trabalhar em estreita colaboração para promover o espírito empresarial e o empreendedorismo, através de acesso aos serviços financeiros para o desenvolvimento de competências e a energia em condições económicas favoráveis a fim de fortalecer as capacidades produtivas de África;

d) Os Estados-membros são encorajados a melhorar a eficácia, dos quadros jurídico e reguladores a estabelecer quadros jurídicos e regulamentares, incluindo sistemas institucionais através da melhoria da governação, com vista a apoiar políticas tendentes a uma transformação produtiva;

e) Os Estados-membros devem promover investimentos transfronteiriços para o desenvolvimento de projectos regionais, nos domínios da energia, das tecnologias de informação e comunicação assim como nas cadeias de valor e do comércio; e

f) Os Estados-membros devem melhorar a coerência das suas políticas públicas, tendo em vista uma transformação produtiva efectiva, graças a uma harmonização das políticas fiscais, industriais e comerciais, através do seu alinhamento com as iniciativas regionais e continentais.

B. Ponto de Situação da Integração Regional em África

Apresentação

27. Um representante da Comissão apresentou uma visão geral da integração regional em África, destacando o papel fundamental da integração como catalisadora do desenvolvimento económico em África e os desafios para o alcance da Comunidade Económica Africana, conforme consagrado no Tratado de Abuja. Ele estruturou a sua apresentação em torno de dois tópicos, a saber: (i) o estado da integração regional africana e (ii) o trabalho em curso para o desenvolvimento do Índice Multidimensional de Integração Regional Africana.

28. Relativamente ao estado da integração regional, vários desafios para aprofundar a integração regional e continental foram observados, incluindo: a falta de recursos

financeiros; a sobreposição entre os membros; redes de infra-estruturas inadequadas e a demora na ratificação dos instrumentos jurídicos de integração. No que diz respeito ao Índice Multidimensional da Integração Regional Africana, a reunião foi informada de que várias reuniões técnicas tinham sido organizadas para chegar a um acordo sobre os seus indicadores e as dimensões. Mais especificamente, consultas foram feitas com a Associação dos Bancos Centrais Africanos e os Institutos Nacionais de Estatística para o desenvolvimento deste Índice.

29. Concluindo, ele observou que para alcançar a transformação produtiva os Estados Membros devem acelerar a remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias para assegurar a livre movimentação de factores de produção de modo a incrementar as trocas comerciais intra-africanas.

Debate

30. Nas discussões subsequentes, os peritos ressaltaram a importância da Agenda 2063 e seus programas e projectos emblemáticos, assim como desafios da integração regional, nomeadamente: (i) vontade política limitada; (ii) prevalência de conflitos violentos em algumas regiões; (iii) fraca ratificação dos instrumentos de integração; e (iv) redes de infra-estrutura precárias.

31. Ressaltando a questão da sobreposição entre os membros como um obstáculo fundamental para o alcance de uma integração regional e continental mais profunda, os peritos realçaram a importância de implementar o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas para facilitar o movimento de cidadãos africanos em todo o continente.

32. Os peritos vincaram a necessidade de reconhecer que era urgente a operacionalização das instituições financeiras da UA, de modo a acelerar o processo de integração regional e continental. Para acelerar a criação das instituições financeiras da UA, recomendou-se a realização de um estudo abrangente para identificar as razões da relutância dos Estados-Membros em ratificar os instrumentos para a operacionalização das instituições financeiras.

33. Os peritos também discutiram o fundamento e as razões por detrás da incapacidade da Comissão para organizar a Plataforma Económica Africana, conforme previsto para 2018.

34. No que diz respeito ao Índice Multidimensional de Integração Regional Africana, os participantes reconheceram que este servirá como uma ferramenta eficaz de monitorização e avaliação da integração regional. Porém, observou-se que os Estados-membros deveriam ter estado mais envolvidos no processo.

35. Os peritos discutiram igualmente a divisão de trabalho entre a Comissão da UA e as CER, observou-se que a Cimeira de Coordenação de Junho/Julho de 2019, iria discutir este aspecto, bem como outras questões regionais e continentais afins.

Recomendações

36. À luz das discussões, os peritos formularam as seguintes recomendações visando aprofundar o processo de integração regional:

- a) A Comissão da UA deve trabalhar em estreita colaboração com as CER para explorar mecanismos eficazes de racionalização das actividades das CER (incluindo a abordagem da questão da sobreposição entre os membros);
- b) Os Estados Membros devem tomar providências no sentido de implementarem o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas e o Mercado Único de Transporte Aéreo Africano;
- c) A Comissão da UA deve produzir um Boletim Bienal de Integração Regional e um Balanço Anual da Integração Regional;
- d) Os Estados Membros e as CER são incentivados a utilizar Índice Multidimensional de Integração Regional como uma ferramenta de monitorização e avaliação para avaliar a integração regional em África;
- e) Os Estados-membros e as CER são incentivados a nomear pontos específicos focais responsáveis pela integração e produzir uma informação estatística com vista a actualizar o Índice anualmente; e
- f) A CUA e as CER são incentivadas a criar um mecanismo de consciencialização para sensibilizar cidadãos africanos sobre a integração através de um fórum anual de integração que inclua profissionais, académicos, mulheres, sector privado, diáspora e outros intervenientes africanos.

C. Relatório intercalar sobre o estabelecimento das instituições financeiras da UA e seus respectivos papéis na promoção da transformação produtiva

Apresentação

37. Um representante da Comissão fez uma apresentação sobre o relatório intercalar relativo à criação de instituições financeiras da UA. Ele notou a importância das instituições financeiras pan-africanas em facilitar a transformação produtiva no continente. Indicou que, desde a adopção dos instrumentos jurídicos do Banco Africano de Investimentos (AIB) e do Fundo Monetário Africano (AMF), o processo de assinatura e ratificação tem sido moroso. Informou a reunião que, em resposta a vários pedidos dos Estados-Membros, a CUA elaborou um questionário para recolher informações sobre os motivos pelos quais os Estados-Membros não assinam nem ratificam os

instrumentos jurídicos. Ele informou também que a CUA apresentaria a Estratégia Conjunta CUA/AACB sobre a criação do Banco Central Africano (ACB) à Cimeira da UA para adopção, após o que a CUA trabalharia em estreita colaboração com a AACB para implementar as recomendações da Estratégia Conjunta. Concluiu oferecendo recomendações destinadas a aumentar o número de assinaturas e ratificações dos instrumentos jurídicos do AIB e do AMF.

Debate

38. No debate que se seguiu, os Peritos reiteraram o apoio dos Estados-membros para a criação das instituições financeiras da UA. Eles também destacaram o papel crucial que estas instituições podem desempenhar no desenvolvimento do continente e, portanto, sugeriram que a inclusão financeira e a tecnologia ou infra-estruturas devem ser incluídas na agenda das instituições financeiras. No entanto, os peritos levantaram preocupações em relação ao encargo financeiro de estabelecer tais instituições financeiras nos Estados-membros e, a este respeito, observaram que seria prudente dar prioridade ao estabelecimento das instituições financeiras e dar prazos para o efeito.

39. Os Peritos expressaram também preocupação concernente ao período de tempo que corre entre a aprovação da Estratégia Conjunta da CUA / AACB pela Assembleia da AACB e o CTE em Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração, em 2015 e 2016, respectivamente, e a sua subsequente submissão à Cimeira da UA. Eles observaram que os calendários para a criação do BCA estão caducos e, portanto, havia necessidade de reconsiderar a submissão da estratégia, na sua forma actual, à Cimeira da UA. Além disso, observou-se que o contexto da economia africana evoluiu ao longo do tempo desde a adopção dos instrumentos jurídicos do BCA e do FMA, tornando algumas das disposições dos seus Estatutos obsoletas.

40. Em resposta às inquietações levantadas, a Comissão explicou que o BAI será totalmente de propriedade africana, enquanto o BAD tem accionistas estrangeiros, que influenciam a atribuição de recursos para projectos nacionais. No que tange à priorização das instituições financeiras, explicou-se que os cronogramas previstos na Agenda 2063 já determinam que instituição será estabelecida primeiro lugar. A Comissão informou igualmente os Peritos que elaborou-se um questionário para realizar um estudo visando conhecer as razões da lenta ratificação dos instrumentos jurídicos do BAI e do FMA.

Recomendações

41. No fim dos debates, os Peritos formularam as seguintes recomendações:

- a) A Comissão deve levar a cabo um estudo destinado a determinar por que razão a assinatura e a ratificação dos instrumentos jurídicos das instituições financeiras da UA são lentas e apresentar as respectivas recomendações ao Quarto CTE em Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração;

- b) A CUA e a AACB devem trabalhar em conjunto para rever os prazos para a criação do BCA, usando o relatório da AACB sobre o aperfeiçoamento dos critérios de convergência do Programa Africano de Cooperação Monetário como documento de referência; e
- c) A CUA deve trabalhar com os Estados-membros com vista a rever algumas das disposições dos instrumentos jurídicos que criam o BAI e o FMA de modo a torná-los relevantes ao contexto económico actual no continente.

D. Relatório do grupo de peritos sobre o aperfeiçoamento dos critérios de convergência do Programa de Cooperação Monetária Africana (AMCP)

Apresentação

42. Um representante da AACB apresentou o relatório sobre o aperfeiçoamento dos critérios de convergência do Programa de Cooperação Monetária Africana (AMCP) que foi adoptado pela Assembleia dos Governadores em Pretória, África do Sul, realizada em 2017. Ele destacou o cronograma e a sequência do processo de convergência, culminando na adopção de uma moeda única e de um banco central comum para África até 2045. O apresentador indicou o processo antes e depois da revisão do AMCP. Além disso, ele sublinhou que 18 dos 52 países cumpriram todos os critérios básicos de acordo com os dados de 2017, após o aperfeiçoamento dos critérios contra número Zero que existia em 2016.

Debate

43. A reunião observou que a AACB fez um exercício de avaliação de todos os critérios e cronogramas de convergência adoptados pelas Comunidades Económicas Regionais (CER) e pelas sub-regiões da AACB. Verificou-se que a taxa de inflação para algumas CER era inferior à proposta no relatório da AACB. No entanto, para alguns critérios, em particular, o rácio dívida pública / PIB era inferior ao limiar adoptado por algumas CER, o que poderia representar um desafio para alguns países, dada a natureza do estágio de desenvolvimento que precisa de investimentos em projectos de infra-estruturas.

44. Ademais, a reunião sugeriu que o crescimento é um indicador-chave da realização macroeconómica e deve ser incluso como um critério secundário, uma vez que é um indicador igualmente importante para a convergência macroeconómica. No entanto, observou-se que este indicador já era implicitamente tomado em consideração na fórmula usada para determinar o nível óptimo de dívida pública como percentagem do PIB.

Recomendações

45. Na sequência do debate foram feitas as seguintes recomendações:

- a) A AACB deve apresentar o relatório sobre o aperfeiçoamento dos critérios de convergência e o cronograma para a criação do Banco Central Africano aos Ministros para apreciação;
 - b) A AACB deve contemplar algum grau de flexibilidade nos limites propostos, em particular, no que diz respeito ao rácio dívida pública / PIB no quadro de monitorização;
 - c) Solicitar a AACB, em colaboração com a UA, a determinar critérios de convergência macroeconómica aceitáveis, esta convergência macroeconómica, tomando em consideração as necessidades de desenvolvimento dos Estados-membros; e
- a) Incluir o indicador de crescimento como um critério secundário no programa das convergências macroeconómica.

E. Proposta do quadro de monitorização e de um mecanismo de revisão pelos pares para a convergência macroeconómica

Apresentação

46. O representante da AACB apresentou a proposta do quadro de monitorização e um mecanismo de avaliação pelos pares para convergência macroeconómica que foi adoptado pela Assembleia de Governadores em Sharm El-Sheikh, Egipto, em 2018. A apresentação destacou igualmente as propostas feitas no que concerne ao quadro de acompanhamento. O quadro de monitorização avalia o desempenho a nível do país em função aos limites identificados para os critérios de convergência. A avaliação utiliza um gráfico com legenda a cores para avaliar o desempenho dos membros em relação a cada um dos critérios de convergência. O quadro foi estabelecido com contribuições de todas as CER. Propõe-se igualmente que a revisão por pares seja realizada por um secretariado composto por representantes do Secretariado da AACB, bem como pela CUA. Esta função deve ser assumida pelo Instituto Monetário Africano, uma vez criada e totalmente funcional. Propõe-se ainda que a revisão pelos pares seja realizada sob os auspícios do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP) através do Comité Técnico Especializado em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração da Comissão Africana. Isto permitiria um debate do processo de convergência pelas autoridades fiscais e monetárias.

Debate

47. Os peritos tomaram nota do relatório e destacaram a importância das avaliações pelos pares para garantir o cumprimento dos critérios de convergência definidos. A reunião realçou a importância de prestar apoio aos países e às CER para garantir que todas as partes interessadas possam cumprir os critérios nos cronogramas revistos e,

nesse sentido, apelou a AACB e a CUA a trabalharem em conjunto para prestar o apoio necessário aos Estados-membros.

Recomendações

48. A reunião recomendou o seguinte:

- a) A AACB deve apresentar o relatório sobre o quadro de monitorização e o mecanismo de avaliação pelos pares aos Ministros para apreciação; e
- b) Os peritos recomendaram ainda que o CTE aprove que a avaliação pelos pares seja em conjunto com o Secretariado da CUA e AACB.

F. Relatório de progresso sobre o desenvolvimento estatístico em África

Apresentação

49. Uma representante da Comissão apresentou uma visão geral das principais actividades da Divisão de Estatística na CUA e do desenvolvimento estatístico em África. Apresentou as realizações de cada um dos domínios das estatísticas (estatísticas comerciais, contas nacionais, mercado de trabalho, RCEV, estatísticas de receitas, estatísticas de saúde, publicações estatísticas africanas, etc.) e registou os desafios tanto a nível nacional como regional. Ela destacou o apoio à capacitação prestado aos Estados Membros e às CER no âmbito do programa de Estatística Pan-Africana (PAS), suportado pela União Europeia (UE), e as várias colaborações com outros parceiros sobre o desenvolvimento de estatísticas no continente. Ela também informou a reunião sobre o estado da operacionalização do Instituto de Estatística da União Africana e do Centro Pan-Africano de Formação Estatística. Destacou que a falta de recursos humanos e financeiros adequados, a ausência de vontade política, a coordenação deficiente e a dificuldade de aplicar conceitos internacionais são alguns dos desafios que estão a dificultar o desenvolvimento de estatísticas no continente. Concluiu afirmando os próximos passos e as actividades estatísticas prioritárias para 2019 tendo instado os Estados Membros a apresentarem as suas necessidades de capacitação.

Debate

50. Após a apresentação, os peritos destacaram os progressos realizados no desenvolvimento de estatísticas, tanto a nível nacional como continental. Os peritos sublinharam que o sector informal desempenha um papel significativo ao contribuir para a economia de um país. No entanto, é difícil medir a contribuição do sector informal devido à escassez de dados. A esse respeito, é necessário conceber uma pesquisa que acomode o sector informal para medir a sua contribuição ao PIB e combater a lavagem de dinheiro.

51. Os peritos também destacaram a necessidade de dados fiáveis e desagregados por género para medir o papel desempenhado pelas mulheres no sector económico, especialmente no sector informal. Assinalaram ainda a necessidade de capacitação estatística a nível nacional tendo solicitado à Comissão que proporcionasse o apoio necessário à capacitação no âmbito do programa PAS.

Recomendações

52. Após o debate, a reunião fez as seguintes recomendações:

- a) Os Estados Membros devem alinhar e aderir a novas áreas de desenvolvimento estatístico, tais como grandes volumes de dados, revolução de dados e as normas SDMX (Intercâmbio de dados estatísticos e metainformação);
- b) Os Estados Membros devem mobilizar recursos adequados e sustentáveis para as actividades de estatística; e
- c) A Comissão da União Africana, em colaboração com as CER e parceiros, deve desenvolver uma estratégia de divulgação, comunicação e visibilidade de dados estatísticos ao nível continental.

G. Relatório de M&A do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063

Apresentação

53. Uma representante da CUA informou a reunião sobre a Equipa de Apoio Conjunto e apresentou um roteiro abrangente do Quadro de M&A do Primeiro Plano Decenal de Implementação (FTYIP) da Agenda 2063. Ela delineou nove pontos principais de acção, quatro dos quais foram concluídos ou quase completos. A sua apresentação também abordou os importantes processos destinados a forjar ainda mais o lançamento, designadamente a aprovação da arquitectura de M&E, enfatizando as três principais plataformas do processo aos níveis nacional, regional e continental e observou a importância dos mecanismos de retorno de informação (feedback) e dos canais de apresentação de relatórios. Ela enunciou os desafios no processo de implantação, que destacou a falta de financiamento adequado para o referido processo, a ausência de capacidade humana em matéria de M&A nos Estados Membros e nas CER e a nível continental, assim como dificuldades encontradas para assegurar a realização consultas técnicas regulares da equipa de trabalho conjunto. Concluiu a sua apresentação sugerindo as recomendações para melhorar a monitorização e avaliação da capacidade aos níveis de EM, das CER e Continental, o apoio e a aprovação de actividades conjuntas do FTIP da Agenda 2063.

Debate

54. Durante as discussões, observou-se que, em relação ao tipo de apoio a prestar aos Estados-membros para o processo de execução, existe plano de estabelecer uma massa crítica de comunidade de peritos para apoiar o processo de execução ao nível Estados-membros e das CER. Sublinhou-se a necessidade de melhorar a coordenação das actividades/reuniões relacionadas com a Agenda 2063, observando que a reunião do CTE em Yaounde, bem como a reunião ministerial no Botswana, estavam a decorrer em simultâneo. No entanto, observou-se que a última tinha apresentar um relatório actualizado sobre os avanços registados ao Comité Ministerial.

55. Observou-se igualmente que as missões de enquadramento jurídico interno da Agenda 2063 foram realizadas em 44 Estados-membros e que actualmente as mesmas se centram na implementação e consequente monitorização e avaliação em preparação da avaliação do FTYIP que terá lugar em 2020. Um enquadramento mais aprofundado fará parte do processo de execução que compreende quatro fases principais, a saber: enquadramento jurídico interno e internalização, simplificação técnica e alinhamento, avaliação, relatórios e plataformas / processos de prestação de contas e comunicação e advocacia. No que diz respeito à relação entre os planos de desenvolvimento nacional, continental e global, reconheceu-se que o processo de alinhamento possibilitou a revisão dos planos nacionais de desenvolvimento, planos estratégicos das CER, da agenda continental e global e notou-se convergência digno de realce.

Recomendações

56. Na sequência dos debates, foram feitas as seguintes recomendações:

- a) A CUA, em colaboração com as CER e os Estados-membros devem reforçar a capacidade em Monitorização e Avaliação a nível nacional, regional e continental;
- b) Solicita-se a CUA a estabelecer medidas para fazer cumprir as actividades conjuntas e assegurar o envolvimento e a participação activos de todos os membros da equipa;
- c) A CUA e a NEPAD devem preparar o relatório bienal do desempenho continental;
e
- d) Aval da Arquitectura Integrada de M&A para orientar os processos de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios aos níveis nacional, regional e continental..

H. Relatório sobre a situação e progresso do Financiamento da União

Apresentação

57. Um representante da Comissão apresentou, apenas para informação, uma actualização sobre a execução da iniciativa de financiamento da União. Ele destacou as principais decisões da Conferência que sustentam a iniciativa. A mesma variava de os Estados-membros que concordaram em financiar 100% do orçamento operacional, 75%

do orçamento de programas e 25% das Operações de Apoio à Paz, para chegar a um acordo sobre o mecanismo de arrecadação de fundos a nível interno dos Estados-membros, através da introdução de taxa correspondente a 0,2% sobre as importações elegíveis. Destacou ainda o importante papel desempenhado pelo Comité dos Quinze Ministros das Finanças na supervisão do orçamento, que levou à adopção de uma disciplina fiscal no seio da UA. Apresentou igualmente as principais realizações no que diz respeito à implementação da iniciativa de financiamento da União, e afirmou o seguinte:

- i. Presentemente, os Estados-membros apoiam em 100% o orçamento operacional, contra 80% em 2015, 44% para o orçamento de programas, contra 5,3% em 2015, e 4% contra 0% em 2015 para as Operações de Apoio à Paz. Isto verifica-se no quadro do cumprimento do compromisso nos termos da Decisão 578 da Conferência da UA de Joanesburgo;
- ii. A execução orçamental melhorou de 77% em 2015 para 81% em 2018, para o orçamento operacional e de 40% em 2015 para 84% para o orçamento de programas;
- iii. Em 2019, 16 Estados-membros estão actualmente a arrecadar a taxa de 0,2% da União Africana, contra apenas 4 Estados-membros em 2017;
- iv. 8 das 9 Regras de Ouro que a Conferência aprovou em Janeiro de 2018 estão totalmente operacionais. Destaca-se a interface entre os aplicativos de TIC relacionadas ao orçamento e o seu ensaio será concluído em Dezembro de 2019;
- v. 50 Estados-membros contribuíram com pouco mais de US\$ 90 milhões para o Fundo de Paz.
- vi. O Comité dos Quinze Ministros das Finanças, através do se Comité Técnico, participou plenamente nas deliberações do orçamento de 2019, em matérias relativas à Escala de Avaliação e em outras questões de recursos humanos e administrativa com implicações financeiras.

Debate

58. A reunião tomou nota do relatório e, no debate subsequente, os peritos foram informados que o novo regime de sanções foi adoptado em Novembro de 2018 e entrará em vigor em Julho de 2019. Ajuntou-se que o mesmo introduziu incentivos segundo os quais as sanções são aplicadas em três etapas: cautelar, intermediário e abrangente. Foi informado que os Estados-membros que não cumprir com as suas obrigações e que não tenham pago pelo menos 50% das suas contribuições fixas em curso após o segundo trimestre (6 meses) de cada exercício financeiro em que a contribuição é devida, serão considerados como estando em atrasos, tendo em conta os ciclos orçamentais dos Estados-membros. Para o efeito, a CUA informará, doravante, o CTE sobre os Estados-Membros que estão sujeitos a sanções no início das suas sessões para operacionalizar a Decisão da Assembleia Ext/Assembleia/UA/Dec.3(XI) da 11ª Sessão Extraordinária da Conferência da UA realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 17 a 18 de Novembro de 2018.

59. Especialistas enfatizaram igualmente que, além da dívida externa, a Comissão deveria considerar a inclusão da dívida interna entre os critérios da escala de avaliação. para

Recomendação

60. A Comissão deve encontrar um mecanismo para partilhar documentos do Comité dos F15 com outros Ministros das Finanças de todos os Estados Membros da UA.

I. Relatório do Workshop sobre o papel dos mercados de capital na mobilização de recursos internos em África

Apresentação

61. Uma representante da Associação Africana de Valores Mobiliários (ASEA) fez uma apresentação do relatório da CUA/ASEA sobre o papel dos mercados de capitais na mobilização de recursos internos em África. A apresentação indicou como os mercados de capitais são benéficos para os governos, já que podem ajudar a financiar o desenvolvimento económico e os défices fiscais através de empréstimos dos mercados locais e, portanto, alavancando os riscos da taxa de câmbio. Ela destacou que os mercados de capitais ainda enfrentam desafios de infra-estruturas e tecnologia, além da liquidez, com excepção da África do Sul e do Egipto, que actualmente são bolsas de valores dominantes. Ela concluiu indicando as recomendações do relatório, que incluem a criação de um grupo de acção conjunto da CUA/ASEA para monitorizar a implementação das recomendações; promover iniciativas de integração regional por meio de sensibilização/capacitação de mercado(s); financiamento de projectos, corredores (*lobby*) para um regime tributário propício e um enquadramento regulamentar favorável; incentivar o equilíbrio entre compradores e vendedores; criar uma consciência de mercado; construir infra-estruturas e tecnologias fortes, adoptando o avanço tecnológico e facilitando o financiamento de infra-estruturas.

Debate

62. A reunião tomou nota da apresentação e, durante as discussões que se seguiram, ressaltou a importância dos mercados de capital na geração de recursos para a transformação da África. Sublinhou a necessidade de desenvolver um sistema de pensões e reforçar as instituições financeiras e promover a transparência, responsabilidade e a boa governação empresarial.

63. Os peritos abordaram igualmente o papel da Comissão no apoio aos Estados Membros que criam mercados de capitais. A este respeito, a Comissão informou a reunião sobre o processo em curso de formulação do Memorando de Entendimento (MdE) com a ASEA e, depois, muito mais pode ser feito em termos de capacitação dos Estados-Membros. Por outro lado, os países podem abordar a ASEA para assistência técnica em matérias relacionadas com o mercado financeiro.

Recomendações

64. Após os debates, os peritos recomendaram que:

a Comissão, em colaboração com ASEAN, deve sensibilizar os Estados-Membros para que criem bolsas de valores nos seus respectivos países e acelerem o estabelecimento da Bolsa de Valores Pan-Africana; e

J. Actualização sobre o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)

Apresentação

65. Um representante da Comissão actualizou a situação do Acordo de ZCLCA e informou a reunião de que 52 Estados Membros haviam assinado o Acordo, 19 ratificaram e 15 haviam depositado os instrumentos de ratificação. Ele destacou o trabalho pendente, especialmente o que se refere aos cronogramas de concessões tarifárias e compromissos específicos no sector de serviços, as regras de origem, bem como as directrizes sobre recursos em matéria comercial e o tratamento de mercadorias de zonas económicas especiais. Ele também enalteceu o trabalho realizado em paralelo, designadamente a criação do Secretariado da ZCLCA, incluindo a designação do Estado-Membro anfitrião da UA, o desenvolvimento de Estratégias Nacionais da ZCLCA, estudos sobre o Mecanismo de Ajuste da ZCLCA, o desenvolvimento de um Sistema Pan-Africano de Pagamento e Liquidação, e o Observatório do Comércio da União Africana. A reunião também foi informada de que o trabalho sobre sensibilização e defesa de assinaturas e ratificações também estava em andamento. Outrossim, a reunião foi informada de que haveria uma Cimeira extraordinária específica em Julho de 2019 em Niamey, Níger, que lançaria a fase operacional da ZCLCA.

Debate

66. Nas discussões que se seguiram, os peritos observaram que é necessário ajudar os Estados Membros da UA no processo de assinatura e ratificação. A reunião reconheceu ainda que fosse necessário implementar medidas de acompanhamento para a ZCLCA, especialmente a infra-estrutura relacionada ao comércio. Além disso, a reunião enfatizou a importância do envolvimento dos Bancos Centrais Africanos através da Associação dos Bancos Centrais Africanos no desenvolvimento do Sistema Pan-Africano de Pagamento e Liquidação Digital. A reunião ressaltou ainda os desafios do trânsito de mercadorias, especialmente por meio dos Estados membros que ainda não ratificaram o acordo e, como tal, é necessário garantir que todos os Estados Membros ratifiquem o Acordo.

Recomendações

67. À luz da apresentação e das discussões, foram feitas as seguintes recomendações:

- a) Os Estados Membros devem empreender os processos necessários para acelerar a ratificação do Acordo da ZCLCA;
- b) A Comissão, em colaboração com o Afreximbank e a AACB, deve apoiar o desenvolvimento do Sistema Pan-Africano de Pagamento e Liquidação Digital;
- c) Os Estados membros devem continuar a apoiar os processos da ZCLCA aos níveis nacional, regional e continental, afectando os recursos adequados que possam ser necessários;
- d) Os Estados membros devem apoiar e seguir activamente a Fase II das negociações da ZCLCA sobre investimentos, política de concorrência e direitos de propriedade intelectual;
- e) A Comissão, em colaboração com a UNECA, deve apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de estratégias nacionais da ZCLCA;
- f) A CUA deve continuar a fortalecer o trabalho de defesa no seio da ZCLCA, a fim de encorajar os demais Estados Membros a ratificar e assinar o Acordo.

K. Governação inclusiva do mercado de trabalho para a transformação produtiva

Apresentação

68. Na sua apresentação, um representante da Comissão sublinhou que o mercado de trabalho constituía uma alavanca essencial para a transformação produtiva, complementando o papel de outros mercados, como o mercado de capitais, no investimento de desenvolvimento para o crescimento inclusivo. Num contexto de altos níveis de desemprego e subemprego (75% em média), sem mecanismos de seguro de emprego, ele ressaltou que o acesso a empregos decentes é o principal canal que contribui para a criação de riqueza e se beneficiar dela. A participação efectiva dos mercados de trabalho na transformação produtiva basear-se-á na transformação da economia informal através de empregos decentes, a inclusão de serviços do mercado de trabalho cobrindo todas as categorias de trabalhadores, incluindo trabalhadores da economia informal e do sector rural; o investimento na melhoria da produtividade nas micro, pequenas e médias empresas com repartição justa dos ganhos de produtividade e liderança efectiva na coerência das políticas. Ele concluiu que os mercados de trabalho são reconhecidos como importantes para estimular a transformação produtiva nas economias africanas.

Debate

69. A reunião tomou boa nota do relatório e, nas discussões subsequentes, os especialistas fizeram os seguintes comentários: (i) reforçar o papel do sector privado na criação de empregos decentes, inclusive por meio da negociação e implementação de parcerias público-privadas para a criação de empregos decentes; e crescimento inclusivo; (ii) aproveitar as oportunidades da economia digital para promover a inclusão

da economia informal na economia formal; (iii) desenvolver estratégias para apoiar a actualização da empresa formal e incentivar os jovens a investir na agricultura produtiva; (iv) construir um sistema de educação equilibrado de TVET que reconheça a importância das habilidades versus a licenciatura; e (v) prestar igual atenção à economia verde e à economia azul para a transformação produtiva e a criação de empregos decentes.

70. Concluindo, os peritos exortaram a Comissão para prestar atenção ao seguinte:

- a) Melhorar a liderança política, a responsabilização e a boa governação na planificação, implementação, coordenação e avaliação de políticas do mercado de trabalho;
- b) Aprimorar a capacidade das instituições laborais na gestão da força de trabalho para apoiar a transformação produtiva;
- c) Estabelecer sistemas de informação sobre o mercado de trabalho integrados e orientados para a procura;
- d) Promover o trabalho decente para a transformação da Economia Informal;
- e) Desenvolver e melhorar a colaboração entre os ministérios do trabalho, planificação e finanças.

L. Apoio do MARP aos Estados Membros no domínio das Agências de Notação

Apresentação

71. O MARP fez uma apresentação ao 3º Comité Técnico Especializado de Peritos sobre o apoio do MARP aos Estados Membros sobre as Agências Internacionais de Notação de Crédito. A apresentação delineou a proposta de Apoio do MARP aos Estados Membros nas Agências Internacionais de Notação de Crédito (AMSRA). A apresentação foi feita em conformidade com a decisão Assembly/AU/Dec.631(XXVIII) adoptada na sua 28ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2017, que ordenou o MARP para apoiar os Estados Membros no âmbito das Agências de Notação.

72. A apresentação realçou o mandato, o progresso até a data, a justificativa e propôs elementos-chave para o desenvolvimento de um projecto de estrutura e mecanismo para o apoio aos Estados Membros no domínio de Agências Internacionais de Notação de Crédito. O apoio aos Estados-Membros no domínio das agências de notação resultou da preocupação com o impacto das classificações baixas nos países africanos pelas três principais ICRA, nomeadamente: Standard & Poor's (S & P), Moody's e Fitch. O MARP propôs posteriormente recomendações para debate.

Debate

73. Nos debates que se seguiram à apresentação, os Estados Membros pediram esclarecimento sobre o objectivo da apresentação, uma vez que não estava claro se o objectivo era criar uma agência de crédito africana ou apoiar os Estados Membros da UA

na formulação da capacidade para lidar com ICRA, na forma como a notação de crédito está a ser conduzida.

74. Os Estados membros debateram a proposta do MARP para o tema do ano e sublinharam que o mandato para estabelecimento do tema do ano é da Comissão Ministerial sobre a Agenda 2063, tendo proposto que o tema seja recomendado para apreciação pela Comissão Ministerial sobre a Agenda 2063 para 2021.

75. O Gabinete do Conselheiro Jurídico indicou que estava ciente da Decisão da 34^a Sessão Ordinária do Conselho Executivo de Fevereiro de 2019, que pedia uma moratória sobre futuras iniciativas dos CTE à luz da preocupação com as inúmeras propostas dos CTE para o estabelecimento dos novos organismos sem apresentar as suas implicações financeiras, jurídicas e estruturais. À luz dos conselhos e comentários, a reunião assinalou que a proposta de estabelecer uma agência de pesquisa e assessoria não deveria ser incluída nas recomendações da reunião.

Recomendações

76. Em função da apresentação e dos debates, foram feitas as seguintes recomendações:

- a) O MARP deve apresentar uma proposta concreta sobre o apoio aos Estados Membros em relação às ICRA ao Quarto CTE de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração; e
- b) A comissão informou também que a proposta sobre o tema da Cimeira da UA de 2021 deve ser submetida à Comissão Ministerial sobre a Agenda 2063, que tem como missão analisar os Temas Anuais.

M. Estatísticas de Receitas

Apresentação

77. Os representantes da OCDE-DC fizeram uma apresentação sobre as estatísticas de receitas em África: As últimas descobertas e desenvolvimentos. Os apresentadores assinalaram que o relatório fornece dados de apoio às Agendas Pan-africanas de Desenvolvimento, nomeadamente as prioridades estratégicas da Agenda 2063, SHASA, ODS e as CER. Sublinharam que, na edição de 2018 do relatório, o número de países que participaram do exercício aumentou de 16 para 21, e que vários países tinham manifestado o interesse em participar da edição de 2019. A apresentação destacou a mobilização de recursos internos (DRM) como um objectivo prioritário e facilitador-chave para o alcance da Agenda 2063, e que as receitas fiscais promovem o crescimento inclusivo e são fundamentais para apoiar o investimento por forma a garantir a transformação produtiva. Indicou-se que dois terços dos países no exercício de 2018 tinham um rácio impostos/PIB entre 13 e 20%, e que na maioria dos países aumentaram entre 2000 e 2016. Foi igualmente indicado que os impostos sobre bens e serviços eram

a principal fonte de receitas fiscais para a maioria dos países que participaram da Edição de 2018. Os apresentadores informaram a reunião que a 4ª Edição estava na fase de preparação e seria publicada em Outubro de 2019, e convidaram os Estados Membros que não participam do exercício, a se juntarem a esses esforços.

Debate

78. Durante os debates, a reunião congratulou-se com a iniciativa, uma vez que contribuirá para a harmonização das estatísticas de receitas a nível continental e permitirá uma melhor coordenação. Observou-se que há necessidade de uma melhor coordenação para reduzir as disparidades de dados de estatísticas de receitas de várias fontes de modo a melhorar a qualidade dos dados. A reunião instou a Comissão a considerar a inclusão da análise sobre o rácio da dívida face as receitas na Edição de 2019 do relatório.

N. Relatório de Actividade Anual sobre a Capacidade Africana de Gestão de Risco

Apresentação

79. Um representante da Agência Africana de Gestão da Capacidade de Risco (ARC) apresentou o Relatório de Actividades da CEA aos peritos, com foco nas actividades-chave, desafios e recomendações propostas para o período coberto pelo relatório. Ele debruçou-se sobre o "Programa Africano de Financiamento do Risco de Desastres (ADRFi)" desenvolvido em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Sublinhou que o ADRFi foi uma das principais iniciativas de 2018 que trata de questões de financiamento de prémios para os Estados Membros.

Debate

80. Nas discussões subsequentes, os peritos tomaram nota do relatório da CEA e salientaram que já foi apresentado, analisado e adoptado durante a 34ª Sessão do Conselho Executivo, realizada em Fevereiro de 2019.

O. Situação do Relatório da População Africana: Uma Posição Comum Africana População

Apresentação

81. Uma representante da Comissão fez uma apresentação sobre o tema "Situação do Relatório da População: Uma Posição Comum Africana sobre População", destacando os fundamentos e objectivos que justificam a elaboração da PAC. Ela apresentou as recomendações dos Ministros Africanos relativamente ao desenvolvimento da PAC, e a revisão de 5 anos da Declaração de Adis Abeba, justificando a relevância de apresentar a PAC sobre população ao CTE de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração.

82. Ela referiu de forma detalhada aos pilares da PAC, a saber: Dinâmica Populacional, Dignidade e Igualdade, Saúde, Lugar e Morbidade, Governação, Dados e Parcerias e Pilares Internacionais. Concluiu apresentando a via a seguir para a formulação da PAC e sua relevância para a consecução da Agenda 2063.

Debate

83. Nos debates que se seguiram, os peritos tomaram nota da apresentação e salientaram a importância da dinâmica populacional para o desenvolvimento de África. A esse respeito, a reunião convidou a Comissão a considerar, para o próximo CTE, explorar a melhor maneira de a população trabalhar em prol do crescimento económico e a transformação estrutural. A reunião destacou igualmente que a PAC sobre população seja apresentada ao CTE de Saúde, População e Controle de Drogas e que para o CTE de Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração apenas assuntos pertinentes sejam incluídos na agenda e no programa de trabalho.

III. Relatório de entrega de pastas da Mesa cessante sobre a avaliação das questões debatidas durante as primeira e segunda reuniões do CTE

Apresentação

84. O relator do Gabinete cessante, representado pela Zâmbia em nome do Lesoto, apresentou a implementação das recomendações das primeira e segunda reuniões do CTE, realizadas em 2017 e 2018, respectivamente. Ela realçou as conquistas, os desafios e a via a seguir para o sucesso da sua implementação.

Debate

85. A reunião tomou nota do relatório

IV. Análise e Adopção do Relatório de Peritos

86. A reunião analisou e adoptou o relatório com as respectivas alterações.

V. Análise do Projecto de Agenda da Reunião Ministerial

87. Os Peritos apreciaram o programa de trabalho provisório e instaram a Comissão a incorporar as sugestões apresentadas.

VI. Análise do projecto de Declaração Ministerial

88. Os Peritos solicitaram à Comissão que alinhasse a Declaração Ministerial às recomendações do Relatório de Peritos.

VII. Diversos

89. Não houve qualquer discussão no âmbito deste ponto.

VIII. Data, lugar e tema do Quarto Comité Técnico Especializado

90. Na ausência de uma oferta de qualquer Estado-Membro, o Quarto CTE terá lugar em Adis Abeba, Etiópia, de 9 a 13 de Março de 2020. No caso de uma oferta de acolhimento por um Estado-Membro, a Comissão informará os restantes Estados Membros a este respeito.

91. A Comissão chegará aos Estados Membros para propor um tema para o Quarto CTE.

IX. Encerramento da Reunião

92. Nas suas observações finais, o Comissário para os Assuntos Económicos agradeceu aos Peritos pelas deliberações frutuosas. Disse que a reunião foi uma indicação da colaboração interdepartamental dos departamentos da Comissão, com vista a ajudar os Estados Membros a alcançar uma transformação produtiva, conforme consta da Agenda 2063, a África que queremos. O Comissário regozijou-se com a disposição dos Estados Membros de trocar experiências e melhores práticas em áreas-chave, como integração regional, transformação produtiva, desenvolvimento de competências e industrialização. Aludindo às instituições financeiras da UA, apelou aos Estados Membros para que acelerassem a assinatura e ratificação dos instrumentos jurídicos com vista a acelerar a sua operacionalização. Concluiu agradecendo ao povo e o governo dos Camarões pela hospitalidade oferecida a todas as delegações e as instalações que serviram para o sucesso da reunião.

93. O voto de agradecimento foi dado pelo representante da África do Sul, que rendeu homenagem ao falecido Dr. René N'Guettia Kouassi, o falecido Director de Assuntos Económicos da Comissão. Reconheceu a enorme contribuição e liderança do Dr. Kouassi para a concretização da agenda de integração e transformação económica da África. Ele agradeceu ao Presidente da reunião de Peritos pela forma como orientou as deliberações. Por outro lado, agradeceu ao povo e o governo dos Camarões pela hospitalidade.

94. Nas suas observações finais, o Presidente da Mesa agradeceu aos Peritos pela confiança depositada nos Camarões, nomeando-os como Presidente da sessão, e pelas suas contribuições no sentido de tornar a reunião um sucesso. Agradeceu à Comissão pelos arranjos, documentos e assistência técnica fornecidos para a reunião. Nesta nota, declarou encerrada a reunião.